

Cobrança de dívidas vai ser facilitada

Todos os anos ficam por resolver processos de dívidas com um valor de 700 milhões de euros.

Todos os anos os tribunais portugueses não conseguem dar resposta a pelo menos um terço dos processos para cobrança de dívidas que dão entrada. Estima-se que cerca de 700 milhões de euros fiquem por julgar, num total de 2.3 mil milhões de euros em acções executivas.

Perante este retrato negro da justiça portuguesa, o Governo aprovou ontem um pacote de medidas para tentar reduzir o número de processos parados. Mas os últimos dados oficiais reflectem um cenário preocupante com mais de 900 mil acções executivas por resolver. Entre os maiores lesados estão as empresas de telecomunicações, seguradoras e bancos, que não conseguem cobrar dívidas sem recorrer à justiça.

Mas o número de processos parados ganha ainda mais importância se for tido em conta que as acções executivas representam perto de 60% dos processos que aguardam decisão.

Uma das medidas do Executivo que prevê de maior impacto é a publicação de uma lista de execuções frustradas. Através da internet passa a ser possível saber que determinada dívida é incobrável, porque o devedor não tem bens penhoráveis.

A publicidade dos “maus pagadores” pode evitar que algumas acções cheguem a tribunal, mas também se pretende que sirva de dissuasor para os potenciais devedores. Sobre esta listagem, o diploma deixa uma salvaguarda: perante o pagamento das dívidas o nome do devedor é retirado dessa lista pública, à semelhança do que acontece com a Segurança Social e a Direcção-Geral de Impostos.

Entre as novidades contam-se ainda a possibilidade recorrer à arbitragem. O Governo prevê a criação de centros de arbitragem para julgar estes conflitos, para retirar processos dos tribunais. Por fim, e para aumentar o número de agentes de execução, os advogados juntam-se aos solicitadores como os responsáveis pela cobrança destas dívidas.